

# Novas Regras para o ISS em São Paulo

A Prefeitura Municipal de São Paulo instituiu uma nova obrigação acessória aos prestadores de serviços estabelecidos em outros municípios e que prestam seus serviços naquela Capital. O objetivo do novo procedimento adotado é o de coibir a evasão fiscal, especialmente de empresas que “supostamente” estariam estabelecidas em municípios onde a tributação pelo ISS é reduzida mas, efetivamente, prestam seus serviços apenas em São Paulo. Em razão das inúmeras dúvidas sobre as novas obrigações, segue abaixo um “manual” de orientação para o prestador e o respectivo tomador dos serviços.

## 1 - Quem deve se inscrever no cadastro?

Quem atender, concomitante-mente, às seguintes condições:

- a) ser prestador de serviços;
- b) estar constituído na forma de pessoa jurídica;
- c) estar estabelecido fora do Município de São Paulo;
- d) prestar, para contratante estabelecido no Município de São Paulo, qualquer serviço descrito na tabela anexa ao Decreto n.º 46.598, de 4 de novembro de 2005 (disponível no site: [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br));
- e) emitir nota fiscal autorizada por outro Município.

## 1 A - Quem está dispensado de se inscrever no cadastro?

Ficam dispensadas de se inscrever no cadastro as pessoas jurídicas estabelecidas fora do Município de São Paulo que prestarem os seguintes serviços:

Item da lista do “caput” do art. 1º da Lei n.º 13.701/2003  
DESCRIÇÃO

**4.03** Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatorios e congêneres.

**4.17** Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

**5.02** Hospitais, clínicas, ambulatorios e prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

**5.03** Laboratórios de análise na área veterinária.

**6.05** Centros de emagrecimento, “spa” e congêneres.

**8.01** Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

**8.02** Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

**9.01** Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flats, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço.

Consulte os itens 3 e 7 da Portaria SF N.º 118/2005 para verificar os demais casos de dispensa de inscrição no cadastro (disponível no site: [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br)).

## 2 - O prestador de serviços, estabelecido fora do Município de São Paulo, que emite apenas recibo deve efetuar a inscrição no cadastro?

O cadastro abrange somente o prestador de serviços que emitir nota fiscal autorizada por outro Município, para contratante estabelecido no Município de São Paulo. Portanto, no caso de haver dispensa de emissão de nota fiscal, o prestador não deverá efetuar a inscrição no cadastro. No entanto, caso o prestador opte por emitir nota fiscal, mesmo havendo dispensa de sua emissão, haverá a obrigatoriedade de inscrição no cadastro.

## 3 - Empresa prestadora de serviços que possua estabelecimento fora do Município de São Paulo (matriz ou filial), e que também possua estabelecimento no Município de São Paulo, deverá efetuar a inscrição no cadastro?

Caso a empresa estabelecida fora do Município de São Paulo preste qualquer dos serviços descritos na tabela anexa ao Decreto n.º 46.598, de 4 de novembro de 2005, para contratante estabelecido no Município de São Paulo, deverá efetuar a inscrição no cadastro, ainda que pos-sua estabelecimento neste Município.

## 4 - As pessoas jurídicas constituídas na forma de sociedade de profissionais devem efetuar a inscrição no cadastro?

Consulte as respostas n.º 1 e n.º 2.